

# Mapa alterado, um povo despojado

A história da presença do grupo Paranapanema na área dos Waimiri-Atroari, no norte do Amazonas, é marcada por uma série de irregularidades que afronta até a História e a Geografia do Brasil. Por exemplo: a empresa beneficiou-se de uma transferência da localização de um rio — o Uatumã — e sua substituição por outro — o Pitinga — em que o mapa geográfico do país foi alterado. Com isso, uma subsidiária do grupo pôde consolidar seus interesses na reserva indígena — a pesquisa e exploração de cassiterita.

Tudo funcionou como se fosse uma grande e única engrenagem: a construção de uma estrada vicinal, a conclusão da BR-174 (Manaus-Caracará), as alterações cartográficas, decretos desmembrando áreas, cooptação de lideranças indígenas com a colaboração da Funai e assim por diante. Atualmente, os Waimiri-Aroari, vivem num território totalmente recortado, reduzido e despojado de parte da riqueza mineral, enquanto vêem desestruturarem sua organização social, cultural e econômica.

## “ERROS” NO MAPA

Em 1979, a Timbó — Indústria de Mineração Ltda., subsidiária do grupo Paranapanema, conseguiu do DNPM alvarás para pesquisa de cassiterita no rio Uatumã, envolvendo uma área em pelo menos 80% localizada na reserva indígena Waimiri-Atroari, delimitada pelo Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971. O próprio Ministério das Minas e Energia admitiu essa localização, denominando a área de “cabeceras do rio Uatumã”, conforme publicação no Diário Oficial da União em 22/2/79.

A Funai, de início, informou à Timbó que o local era reserva indígena. A empresa contra-argumentou, alegando a existência de erros cartográficos na parte Leste dos limites da reserva. Tais erros, segundo a Paranapanema, estariam contidos no próprio mapa do Brasil, em que o rio Uatumã não era localizado corretamente. Assim, o curso d'água foi “transferido” para um lugar mais ao sudoeste da reserva, fora da abrangência dos alvarás. E no seu leito “anterior” ficou o rio Pitinga — foco da incidência de cassiterita. Um engenheiro do Exército — Lauro Pié — legitimou estas alterações, que os mapas do Projeto Radam já absorveram, contrariando todos os registros cartográficos anteriores do Brasil.

## “ORDENS SUPERIORES”

Diante das denúncias de alguns antropólogos, a Funai enviou os servidores Gilberto Ferreira e Hildegart Maria Rick até a área, com a finalidade de reestudar os limites. Após um dia de sobrevôos, eles atestaram a não-existência, ou

sequer perambulação (!), de indígenas no lado Nordeste da reserva. Outra equipe se deslocou para verificar o resultado desse trabalho, mas o antropólogo Cláudio Romero, da própria Funai, em relatório de 15/2/82, informou textualmente que ela “já saiu de Brasília com ordens superiores do DGPI/Funai para diminuir a reserva dos Waimiri-Atroari na região em que a empresa Paranapanema estava atuando”.

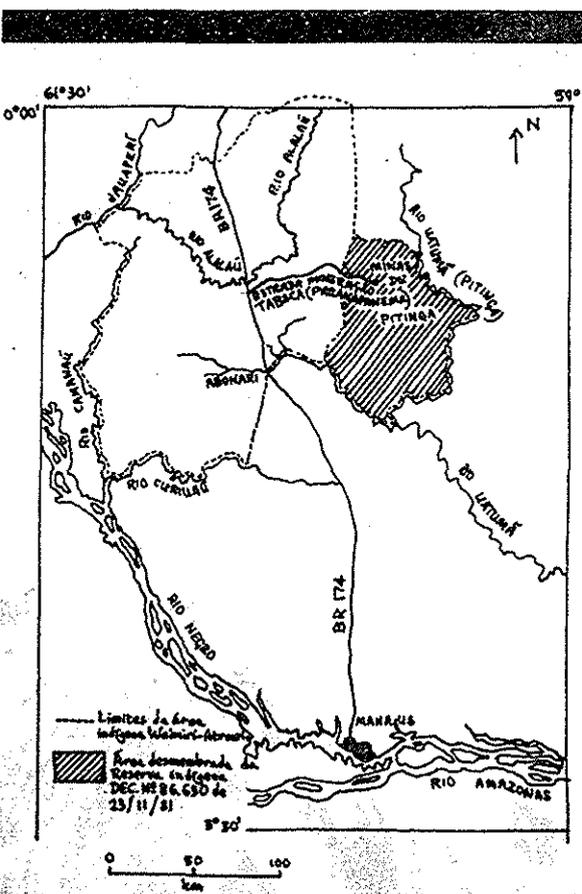
Com a fraude cartográfica e o atestado dos funcionários da Funai, o presidente João Baptista de Figueiredo assinou o Decreto nº 68.630, de 23/11/81, desmembrando a área ocupada pela mineradora. O que sobrou foi redefinido como “área temporariamente interdita” para fins de “atração e pacificação”. E mais: o artigo 3º do decreto diz que “a Fundação Nacional do Índio promoverá, após concluído o processo de atração e pacificação, a demarcação administrativa das terras efetivamente de habitação e ocupação dos grupos indígenas”. (Grifo do PORANTIM).

Os Waimiri-Atroari tiveram reduzida a segurança legal de suas terras, e a Funai, facilitando os interesses da Paranapanema, passou a impor aos índios a fixação em aldeamentos sob regime de trabalho disciplinado, dirigidos pelos funcionários e pelos “capitães” por ela nomeados (líderes aliciados entre os próprios indígenas).

## FATOS CONSUMADOS

No início de 1982, a Paranapanema já mantinha, a cerca de 30 quilômetros da BR-174, a infraestrutura para a construção de uma estrada vicinal até as minas de Pitinga, afetando mais um trecho de 39 quilômetros da área indígena interdita, esfacelando-a de vez. Em 1985, as obras da hidrelétrica particular da empresa já estavam adiantadas, mas só em fevereiro de 1986, o presidente José Sarney outorgou a concessão para o aproveitamento dos recursos hidráulicos.

Em entrevista ao PORANTIM, no dia 4 de agosto deste ano, o superintendente da Funai no Amazonas, Sebastião Amâncio, disse que o decreto de licitação para demarcação da área Waimiri-Atroari seria publicado em setembro. E o foi. A demarcação segue a proposta do grupo de trabalho criado pela Funai através da Portaria 901/E, de 12/7/85, que admitiu a destruição da área desmembrada pela Paranapanema, não sendo mais possível a vivência dos índios no local. Só que o grupo de trabalho incluiu na proposta as cabeceras do igarapé Tiaraju, mas elas não constam da demarcação procedida. Aliás, a Paranapanema poluiu esse igarapé, que desemboca no rio Alalaú, afetando várias aldeias indígenas.



tituído por mais de 30 empresas subsidiárias, com a produção voltada sobretudo para a exportação.

Considerada como o maior grupo produtor de cassiterita do país, entrou na área dos Waimiri-Atroari através da Timbó Indústria de Mineração S/A, para a exploração da mina que denominou de Pitinga e que tem suas reservas exploráveis por um tempo previsto de 50 a 70 anos.

Até o início de 1984, a Paranapanema requisitou ao DNPM autorização para atuar na reserva indígena também através das seguintes subsidiárias:

- Mineração Comércio Maracajá Ltda;
- Rio Negro Mineração e Comércio Ltda;
- Mineração e Comércio Anauá Ltda;
- Abonari Mineração e Comércio Ltda e Acarál Indústria de Mineração Ltda.

O que é o poder de um grupo

A Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção é um grupo cons-

## No rastro, a destruição

A ocupação, pela Paranapanema, da área desmembrada e as alterações ecológicas provocadas por suas atividades, como a recente poluição do rio Alalaú, são dados concretos de uma ação cuja crescente tendência é a de eliminar as condições mínimas de sobrevivência dos Waimiri-Atroari. Mas vale ressaltar algumas estratégias utilizadas pela empresa para garantir seu controle no local, tendo como aliada maior a própria entidade oficialmente responsável pela proteção dos indígenas — a Funai. É nitidamente duvidoso o resultado do trabalho da equipe que se dirigiu ao nordeste da reserva e não comprovou a existência de indígenas no local. Ora, através de sobrevôos de um dia não se pode detectar áreas de perambulação para caça, coleta e pesca de um grupo indígena. A equipe da Funai recorre ainda a informações prestadas pelo sertanista Giuseppe Cravero, que na época era coordenador do órgão na área, as quais, também, não são confiáveis, uma vez que ele próprio implementou uma política de sedentarização, fixando os Waimiri-Atroari em aldeamentos próximos aos postos. A gravidade do fato é que, além do uso daquele território pelos Waimiri-Atroari, eles mesmos

havam constatado a existência de indígenas de outro grupo que perambulam na região, até o lugar denominado Igarapé da Cidade Velha, segundo informações do antropólogo Stephen G. Baines. A Funai encarregou-se também de cooptar lideranças — sobretudo Mário, Viana e o funcionário Taucá — através da oferta de produtos industrializados e outros privilégios, em troca de imporem as ordens do órgão aos demais Waimiri-Atroari. Ao privilegiarem esses “capitães”, a empresa e a Funai começaram a impor uma hierarquização àquela sociedade, acarretando profundas modificações. E são estas lideranças que hoje defendem as mineradoras. Atualmente, a política da empresa e da Funai é de deixar que sejam realizadas as demarcações, para facilitar acordos posteriores justamente com esses “capitães” e, assim, conseguirem o monopólio de pesquisa e lavra de minérios na área. Se os “capitães” firmarem acordos, com qualquer empresa de mineração, que impliquem no avanço sobre suas terras, realmente será o fim dos últimos sobreviventes Waimiri-Atroari, explica Stephen G. Baines.

# Balbina, as turbinas do absurdo

Verenilde Pereira

A Eletronorte e a Funai terão que arranjar bons argumentos para justificar as conseqüências do fechamento das comportas da hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, previsto inicialmente para o mês de outubro. Já considerada cientificamente como uma catástrofe, a obra inundará a região Sudeste da área dos Waimiri-Atroari, obrigando a retirada de cerca de 1/3 do total dessa população de suas aldeias; atingirá diretamente mais de 200 famílias de lavradores localizadas nas redondezas; causará danos ecológicos irreversíveis e não gerará sequer a metade da energia cuja estimativa foi divulgada pela Eletronorte. E sem que a população soubesse, duas comportas já foram fechadas.

O que se passa por trás de uma iniciativa tão irracional? Isto preocupa setores da sociedade amazonense que tiveram acesso a dados extra-oficiais sobre a hidrelétrica de Balbina, construída no rio Uatumã, a 146 km de Manaus e que já foi definida pelo próprio ex-presidente do Banco Mundial (entidade co-financiadora do empreendimento) como um projeto mal concebido e de substanciais efeitos negativos ao meio ambiente, ou um dos maiores erros já cometidos na Amazônia, conforme o ex-diretor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto.

Mas é a intransigência do Estado em concretizar erros científicos, sociais e econômicos que deixa estarecidos esses setores mais bem-informados, uma vez que a população em geral está sendo bombardeada por uma campanha da Eletronorte tentando induzir que "quem é contra Balbina é contra você", ou "Balbina é vida".

## DADOS IRREAIS

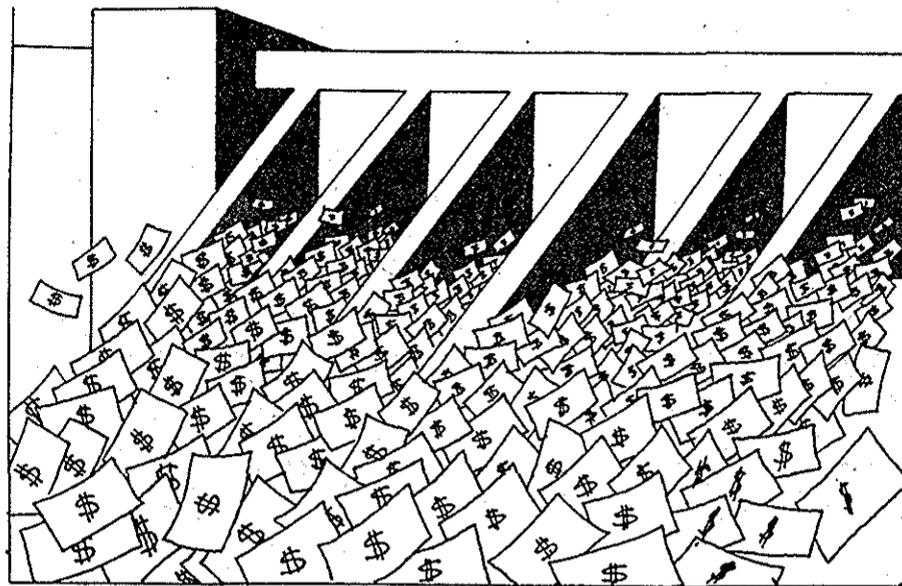
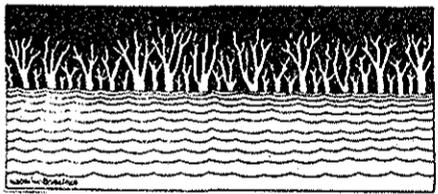
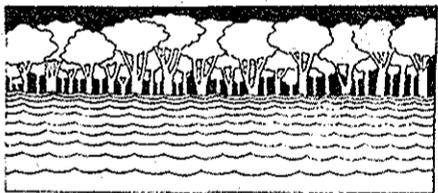
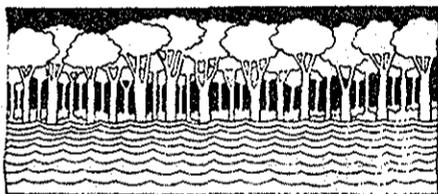
Ao contrário do que mostra a Eletronorte, centenas de trabalhadores da Andrade Gutierrez aceleraram a construção de diques e pontes para tentar resguardar a região da iminente inundação. Com o fechamento das comportas de Balbina, que segundo propagandas da Eletronorte produzirá 250 megawatts de energia, formar-se-á um lago de 2.340 km<sup>2</sup>, que será duplicado com as faixas de águas intermitentes que surgirão em torno. Vários cientistas do Insti-

tuto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) já detectaram que 250 megawatts não atenderão sequer 40% da demanda da cidade de Manaus e desmentiram os dados da Eletronorte, afirmando que na época da seca a hidrelétrica não fornecerá mais que 94 megawatts.

Esses técnicos, ao definirem a obra como um verdadeiro conjunto de erros, ressaltam a comparação entre a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, e Balbina — enquanto Tucuruí, com um lago de 2.430 km<sup>2</sup>, gerará em torno de 8.000 mw, Balbina, com um lago um pouco menor, fornecerá vinte vezes menos, mesmo sendo a hidrelétrica mais cara do País, uma vez que o custo de cada MW gira em torno de US\$ 4.80, enquanto que o de Tucuruí é de US\$ 2.05

## TRANSFERÊNCIA

Um dique de 4.200 metros de extensão e no mínimo 5 de altura está sendo construído dentro da área Waimiri-Atroari sem que a comunidade tenha informações do que se passa, exceto algumas "lideranças" preparadas pela Funai para defender projetos governamentais. As aldeias Tobupunã e Taquari ficarão inundadas e os in-



digenas estão sendo transferidos pela Funai para o médio rio Curiaú e um afluente do rio Alalaú, locais que, como toda a região, certamente serão atingidos pelos danos ecológicos da inundação.

Para justificar a transferência, a Funai e Eletronorte, mais uma vez, recorreram a medidas coercitivas: enviaram os indígenas Mário, Viana, Paulo e Tomás até Tucuruí, para que fossem "conscientizados" dos problemas que sofreria sua gente caso não se retirasse da área, numa atitude que deixou os Waimiri-Atroari sem alternativa, como fica claro na afirmação do chefe de posto da Funai na região, Arivaldo Paulino: "Os índios foram a Tucuruí e viram o que irá acontecer se ficarem na área alagada. Tinham que sair, porque o País precisa deste rio". Essa hidrelétrica inundou as áreas dos Gavião e Parakanã, provocando surtos sistêmicos de doenças, desestruturação social e econômica (ver PORANTIM N<sup>os</sup> 40, 41, 47, 48 e 49).

## "Monstrinho"

O quadro que se estabelece para a sobrevivência dos Waimiri-Atroari e mais de 200 famílias

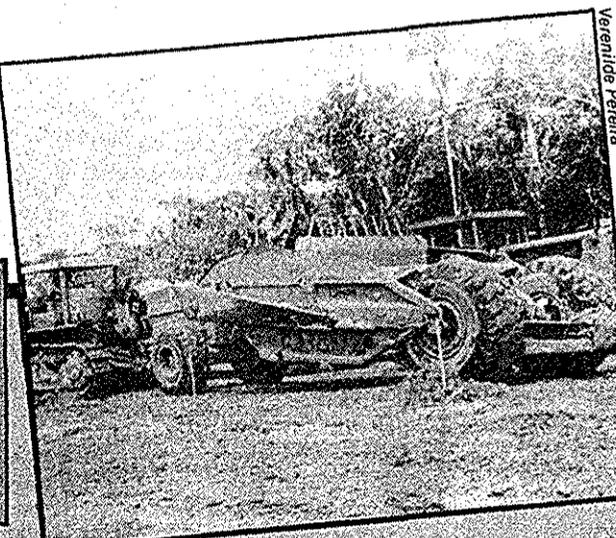
que vivem às margens da BR-174 (Manaus-Caracará) justifica a definição que o ex-secretário de Justiça do Amazonas, Félix Valois, deu a Balbina: "Um monstrinho que usa os indígenas como coisa para satisfazer a megalomania de meia-dúzia de irresponsáveis".

O fechamento das comportas violentará a relação dos Waimiri-Atroari com o meio ambiente, uma vez que a floresta será inundada viva e milhões de metros cúbicos de madeira apodrecerão, pois as empresas encarregadas da fazer sua retirada alegaram um alto custo e exigiram pelo menos dez anos para o processo. Esse prazo não foi cedido pela Eletronorte.

O Inpa implantou 11 projetos na região de Balbina, mas as pesquisas não chegaram sequer a terminar o levantamento das espécies que vivem na área que será inundada e as que poderão ser extintas. Com o apodrecimento da vegetação e a geração dos gases sulfídrico e metano, a água ficará imprestável para a piscicultura e a manutenção de quelônios e mamíferos aquáticos. Os animais que migram e que desovam nas praias, como é o caso da tartaruga, dificilmente poderão reproduzir-se, aniquilando-se, dessa maneira, as formas básicas de alimentação dos Waimiri-Atroari.

O professor Paulo Monte, da Universidade do Amazonas, alerta para a flora e a fauna que serão dizimadas e cita espécies em extinção, como araras azuis, onças pintadas, porcos-do-mato e riquezas em madeira como maçaranduba, macacaúba e angelim.

Na área dos Waimiri-Atroari, a empresa Andrade Gutierrez remexe a terra, tentando salvá-la da inundação.



Verenilde Pereira

O Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (Marewa), que nos últimos anos vem alertando para os efeitos de Balbina sobre os indígenas e lavradores, está divulgando a necessidade de se paralisar o fechamento das comportas até que se promova um amplo debate com as pessoas diretamente envolvidas — cientistas, parlamentares e entidades indigenistas, ecológicas e afins. Durante um encontro realizado em Manaus, no dia 25 de agosto último, para se tratar do assunto, os próprios técnicos da Eletronorte não tiveram argumentos suficientes para defender

**Marewa faz um apelo à sensatez e pede debate**

a hidrelétrica. Esse fato fez com que os cientistas, professores e alunos da Universidade do Amazonas denunciassessem que a campanha da Eletronorte tem características

neofacistas e que o custo da hidrelétrica (800 milhões de dólares), para economizar 38 milhões de dólares anuais em combustíveis, dificilmente será amortizado, considerando-se seu

tempo de vida útil. Eles alegam, entre outros aspectos, que as modificações ambientais irreversíveis inviabilizarão a utilização econômica mais racional da área afetada, além de contribuir para o empobrecimento do patrimônio florístico, faunístico e genético. E conclamam as "autoridades de bom senso", entidades e população em geral para uma tomada de posição definitiva quanto à conclusão de Balbina ou sua paralisação pelo menos temporária, para que alternativas mais corretas sejam analisadas.